Revista Portuguesa de Investigação Comportamental e Social 2025 Vol. 11(1): 1–23
Portuguese Journal of Behavioral and Social Research 20245Vol. 11(1): 1–23
e-ISSN 2183-4938
Departamento de Investigação & Desenvolvimento • Instituto Superior Miguel Torga

ARTIGO ORIGINAL

Condições de vida e trabalho de agentes de segurança penitenciária no contexto amazônico

Living and working conditions of penitentiary security agents in the Amazonian context

Irlaine Maria Figueira as Silva [1]
Nádia Vicência do Nascimento Martins [2]
Luana Almeida dos Santos [1]
Lúcia Yasuko Izumi Nichiata [3]

[1] *Secretaria de Saúde de Santarém, Brasil*
[2] *Universidade do Estado do Pará, Departamento de Saúde Integrada (DSIN), Brasil*
[3] *Escola de Enfermagem, Universidade de São Paulo, Brasil*

* Artigo escrito em português do Brasil.

Recebido: 28/07/2024; Revisto: 24/04/2025; Aceite: 19/05/2025.

https://doi.org/10.31211/rpics.2025.11.1.354

Resumo

Contexto: O trabalho penitenciário está associado a intensas demandas físicas, emocionais e sociais, sendo reconhecido internacionalmente como uma ocupação de alto risco e vulnerabilidade psicossocial. No contexto amazónico, tais desafios se agravam em função da precariedade institucional e das desigualdades estruturais. **Objetivo**: Compreender, a partir da perspectiva dos próprios trabalhadores, as condições de vida e de trabalho de agentes de segurança penitenciária no município de Santarém, estado do Pará, bem como os impactos dessa experiência na saúde física, mental e relacional. **Métodos**: Estudo exploratório, descritivo e qualitativo, realizado com 33 agentes penitenciários de duas unidades prisionais. Os dados foram recolhidos por meio de grupos focais, com posterior análise de conteúdo segundo Bardin, apoiada pelo software NVivo 11 Pro Student. **Resultados**: A Identificaram-se condições laborais adversas, como sobrecarga funcional, insegurança institucional e infraestrutura precária. Relatos evidenciaram sofrimento físico e mental, rigidez identitária, impactos familiares e desigualdades de género, além de estratégias de enfrentamento baseadas em vínculos afetivos e espiritualidade. **Conclusões**: O estudo aponta para a necessidade urgente de políticas institucionais que reconheçam o sofrimento laboral como fenômeno coletivo, promovendo ações de cuidado integral e valorização profissional no sistema prisional.

Palavras-Chave: Agentes Penitenciários; Saúde do Trabalhador; Sofrimento Psíquico; Condições de Trabalho; Análise Qualitativa.

DI&D | ISMT

rpics@ismt.pt
https://rpics.ismt.pt

Publicação em Acesso Aberto
©2024. A/O(s) Autor(as/es). Este é um artigo de acesso aberto distribuído sob a Licença Creative Commons Attribution, que permite uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

Irlaine Silva (Autor de correspondência)
Av. Mendonça Furtado, 2440, Aldeia, Santarém, PA 68040-050, Santarém, Brasil
Tel.: 0800 724 7174
E-mail: irlaine_figueira@hotmail.com

Abstract

Background: Prison work is associated with intense physical, emotional, and social demands and is internationally recognized as a high-risk occupation with significant psychosocial vulnerability. In the Amazonian context, these challenges are further exacerbated by institutional precariousness and structural inequalities. **Objectives**: To understand, from the perspective of prison workers themselves, the living and working conditions of prison security agents in Santarém, Pará, and to analyze the impacts of this experience on their physical, mental, and relational health. **Methods**: This exploratory, descriptive, and qualitative study was conducted with 33 prison officers from two correctional facilities. Data were collected through focus groups and analyzed using Bardin's content analysis, supported by NVivo 11 Pro Student software. **Results**: The findings revealed adverse working conditions, including functional overload, institutional insecurity, and inadequate infrastructure. Narratives showed evidence of physical and mental suffering, rigid professional identity, familial and social repercussions, and gender inequalities. Coping strategies included emotional support from family members and the role of spirituality. **Conclusions**: The study highlights the urgent need for institutional policies that recognize occupational suffering as a collective phenomenon and promote comprehensive care and professional recognition within the prison system.

Keywords: Prison Officers; Occupational Health; Psychological Distress; Working Conditions; Qualitative Research.

Introdução

A prisão, concebida como forma de privação de liberdade, constitui um dispositivo social historicamente consolidado, cujas origens antecedem a estruturação formal dos sistemas judiciais modernos. Desde os séculos XVIII e XIX, particularmente no contexto europeu, estabeleceu-se como mecanismo central de disciplinarização, atuando na vigilância dos corpos, na sua fixação espacial e na extração de força de trabalho, com vistas à docilização e utilidade (Foucault, 2014). No Brasil, esse dispositivo assume contornos ainda mais complexos, atravessados por desigualdades estruturais, processos de racialização da punição e déficits históricos de investimento estatal nas políticas penitenciárias (Batista, 2009; Oliveira, 2012). Tais características encontram eco em análises internacionais que destacam a expansão do encarceramento como expressão da "gestão neoliberal da marginalidade" (Wacquant, 2009) e da criminalização de populações vulneráveis (Alexander, 2010; Garland, 2001).

Nesse cenário, destaca-se o papel central dos agentes de segurança penitenciária, responsáveis por garantir a ordem institucional, a segurança operacional e o funcionamento cotidiano das unidades prisionais. Conforme previsto na Lei de Execução Penal brasileira (Lei n.º 7.210, de 11 de julho de 1984; Brasil, 1984), suas atribuições vão desde o controle direto da população carcerária até a mediação de conflitos e a participação em ações educativas. Trata-se, portanto, de um conjunto multifacetado de funções que exige competências técnicas, interpessoais e administrativas, frequentemente desempenhadas em condições adversas. Apesar da sua relevância estratégica para a sustentabilidade do sistema penitenciário, esses trabalhadores têm sido historicamente invisibilizados tanto nos discursos institucionais quanto na produção científica, o que resulta na escassez de políticas públicas voltadas às suas condições de vida e trabalho (Reis et al., 2012; Zanelato & Junior, 2024). Essa invisibilização também é observada em contextos internacionais, onde estudos apontam a negligência institucional, o estigma social e os riscos psicossociais como elementos estruturantes do cotidiano de agentes penitenciários (Crawley, 2004; Finney et al., 2013).

De acordo com o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias, o Brasil abriga atualmente mais de 670 mil pessoas privadas de liberdade, sendo aproximadamente 15.500 apenas no estado do Pará (Secretaria Nacional de Políticas Penais, 2024). Essa realidade de superlotação crónica, combinada com déficits estruturais, escassez de recursos humanos e materiais e práticas recorrentes de violência institucional, impõe desafios significativos à saúde física, mental e social dos agentes de segurança penitenciária. O desempenho dessa função ocorre sob permanente risco, marcado por exigências emocionais elevadas, jornadas extenuantes e carência de apoio psicossocial e institucional. Estudos demonstram que tais condições favorecem o adoecimento mental, o esgotamento profissional (*burnout*), o desenvolvimento de sintomas depressivos e ansiosos, além de afetarem negativamente as relações interpessoais dentro e fora do ambiente de trabalho (Finney et al., 2013; Kinman et al., 2017; Lambert et al., 2015).

Para além das exigências operacionais, os agentes de segurança penitenciária ocupam uma posição simbólica ambígua, situada entre o exercício do poder disciplinar e a vivência da subalternização institucional. Simultaneamente identificados como representantes do Estado dentro da prisão e alvos da desvalorização social fora dela, esses trabalhadores experienciam o que Goffman (1961) denominaria uma *posição liminar*, permanentemente entre o controle e o confinamento. Tal ambiguidade tem sido descrita na literatura como fonte de desgaste emocional, conflito de papéis e dificuldades de construção identitária (Crawley, 2004; Lambert et al., 2015; Liebling, 2011). No Brasil, essa contradição adquire contornos ainda mais intensos em regiões periféricas como a Amazónia, onde a ausência de políticas públicas estruturadas, a violência institucional crónica e a marginalização geopolítica acentuam a precarização das condições de vida e trabalho desses profissionais (Oliveira, 2012; Wacquant, 2009; Zanelato & Junior, 2024).

Apesar de ser amplamente reconhecido como um dos contextos laborais mais expostos a riscos psicossociais, o trabalho dos agentes de segurança penitenciária permanece subexplorado do ponto de vista qualitativo. A produção científica sobre o tema tende a concentrar-se em abordagens epidemiológicas ou macroestruturais, que analisam o sistema penal enquanto dispositivo de controle e punição (Batista, 2009; Zanelato & Junior, 2024), relegando a segundo plano os sentidos construídos pelos próprios trabalhadores acerca da sua experiência vivida no cárcere. Essa lacuna compromete a compreensão aprofundada dos impactos subjetivos, relacionais e institucionais que permeiam o exercício dessa função. Estudos internacionais também apontam para a necessidade de considerar a perspectiva dos agentes como chave analítica para aceder aos modos pelos quais os trabalhadores produzem narrativas de sofrimento, resiliência e resistência em contextos de institucionalização extrema (Crawley, 2004; Kinman et al., 2017).

Este estudo teve como objetivo compreender, a partir de uma abordagem qualitativa, as experiências vividas por agentes de segurança penitenciária que atuam em unidades prisionais situadas no interior da Amazónia brasileira, com ênfase nas condições de vida e trabalho e nas repercussões psicossociais associadas à prática profissional. Mediante a escuta sistemática das suas narrativas, procurou-se evidenciar aspectos frequentemente negligenciados do cotidiano prisional, revelando os modos pelos

quais esses trabalhadores experienciam o sofrimento, a precarização e, simultaneamente, constroem estratégias de resistência simbólica e afetiva. A análise visou ainda explorar como tais vivências se articulam à constituição de identidades, subjetividades e vínculos sociais em contextos marcados pela ambiguidade institucional e pela violência estrutural.

Método

Desenho do Estudo

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa, de natureza exploratória e descritiva, realizada em campo. O estudo teve como objetivo compreender as condições de vida e trabalho de agentes de segurança penitenciária no contexto amazônico, a partir da escuta sistemática de suas experiências cotidianas, por meio da técnica de grupo focal.

Participantes

Participaram deste estudo 33 agentes de segurança penitenciária, de ambos os sexos, vinculados a duas unidades prisionais situadas no município de Santarém, estado do Pará: o Centro de Recuperação Agrícola Silvio Hall de Moura (CRASHM) e o Centro de Recuperação Feminino (CRF). A seleção intencional dos participantes baseou-se no critério de atuação direta no ambiente prisional, assegurando diversidade de experiências e representatividade funcional. A produção dos dados foi orientada por uma abordagem teórico-prática e ocorreu por meio da realização de grupos focais.

Pesquisador(a)

A equipa de pesquisa foi composta por profissionais com formações e experiências complementares nas áreas de enfermagem, saúde coletiva e gestão em saúde pública, atuando em instituições de ensino superior e na gestão de serviços de saúde no município de Santarém, Pará. Essa diversidade de perfis proporcionou uma abordagem interdisciplinar e sensível às especificidades do contexto amazônico. A presença de membros da equipa com vínculos institucionais locais facilitou o acesso ao campo e a construção de uma relação de confiança com os participantes. Ao mesmo tempo, a equipa manteve uma postura reflexiva quanto às possíveis influências de suas posições institucionais e experiências prévias na condução dos grupos focais e na interpretação dos dados, buscando minimizar vieses e assegurar a credibilidade dos resultados.

Procedimentos de Seleção dos Participantes

A seleção dos participantes foi realizada por meio de amostragem intencional, considerando como critério principal a atuação direta em uma das duas unidades prisionais investigadas. Foram convidados todos os agentes de segurança penitenciária em exercício nos períodos dos encontros, sendo excluídos apenas aqueles que estavam em período de férias ou que expressaram recusa em participar. A coleta de dados ocorreu por meio da realização de seis grupos focais, com a participação total de 33 agentes. Para garantir

o anonimato e a confidencialidade das informações, adotou-se um sistema alfanumérico de codificação: os participantes foram identificados com um número sequencial precedido pela sigla da unidade em que atuavam (e.g., “1CRASHM” ou “1CRF”).

Procedimentos de Coleta de Dados

A coleta de dados foi realizada nas dependências internas das duas unidades prisionais, em salas reservadas e previamente autorizadas pelas administrações locais. Foram conduzidos seis grupos focais, com duração média de uma hora cada, organizados de forma a respeitar a rotina institucional das unidades. Os encontros foram agendados em turnos compatíveis com as atividades operacionais, especialmente no regime semiaberto, assegurando que os participantes pudessem cumprir suas atribuições após o término das sessões.

Os grupos focais foram moderados por pesquisadoras da equipa, com experiência em saúde coletiva e em escuta qualificada em contextos institucionais. Utilizou-se um roteiro semiestruturado, elaborado a partir de revisão teórica sobre saúde do trabalhador e validado por especialistas da área, contendo questões abertas que buscavam explorar a vivência dos participantes em torno das suas condições de vida e trabalho, carga horária e ritmo laboral, relações interpessoais no ambiente prisional, impactos psicossociais da função, experiências de sofrimento e adoecimento, vivências com violência e insegurança, dinâmica familiar, espiritualidade e estratégias de enfrentamento.

A condução dos encontros visou favorecer um ambiente de escuta empática, permitindo que as falas emergissem de modo livre e espontâneo. Em consonância com os princípios éticos da pesquisa qualitativa, não foram utilizadas intervenções diretivas durante os encontros, respeitando os tempos de fala dos participantes e promovendo um espaço de confiança e confidencialidade.

Registro e Tratamento dos Dados

Os encontros foram gravados em áudio com o consentimento livre e esclarecido dos participantes, utilizando gravadores de voz digitais. As gravações foram transcritas integralmente em formato textual por pesquisadoras da própria equipa, preservando-se a fidedignidade das falas e mantendo expressões linguísticas originais, inclusive gírias e construções coloquiais, para assegurar a integridade do material empírico.

Após a transcrição, os dados foram organizados com o auxílio do *software* NVivo 11 Pro Student, o qual possibilitou a codificação, a categorização temática e a recuperação sistemática das unidades de sentido. A análise foi conduzida com base na técnica de análise de conteúdo, segundo o referencial proposto por Bardin (2016), que envolve as etapas de pré-análise, exploração do material, categorização e interpretação inferencial. As categorias emergiram a partir da leitura flutuante dos dados, seguida de codificação aberta, respeitando os princípios da indução analítica e da construção progressiva do significado.

Aspectos Éticos

A pesquisa foi conduzida em conformidade com os princípios éticos estabelecidos pela Resolução n.º 466/2012, do Conselho Nacional de Saúde (Brasil), que regula as diretrizes e normas para pesquisas envolvendo seres humanos. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Escola de Enfermagem da Universidade de São Paulo, sob o parecer n.º 2.968.707.

Todos os participantes foram informados sobre os objetivos, procedimentos, potenciais riscos e benefícios do estudo, e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Foi garantido o direito à recusa ou desistência a qualquer momento, sem prejuízo de nenhuma natureza. As informações coletadas foram tratadas com confidencialidade, e os nomes dos participantes foram substituídos por codificações alfanuméricas, assegurando seu anonimato.

Além disso, foram adotadas estratégias de escuta acolhedora e não invasiva durante os grupos focais, visando a proteção emocional dos participantes e respeitando os limites de exposição pessoal em temas sensíveis relacionados ao sofrimento laboral e à saúde mental.

Resultados

Perfil Sociodemográfico e Ocupacional dos Participantes

O grupo de 33 agentes de segurança penitenciária que participou do estudo apresentou ampla variação sociodemográfica, com idades entre 23 e 58 anos, refletindo diferentes estágios do ciclo vital e da trajetória laboral. Quanto ao estado civil, identificaram-se participantes solteiros, casados e em união estável. Em termos de gênero, houve predominância de homens, embora também estivessem representadas mulheres, o que permite vislumbrar uma composição ainda marcadamente masculinizada da força de trabalho nas unidades prisionais analisadas.

No que se refere à raça/cor, a autodeclaração majoritária foi “pardo”, seguida por “branco” e “negro”, revelando uma composição étnico-racial que reproduz, em parte, as configurações demográficas da região amazônica, mas que também pode estar associada a processos históricos de racialização das ocupações de controle social. A maior parte dos participantes era natural do Estado do Pará, embora também tenham sido incluídos agentes oriundos do Amazonas e do Acre, o que sugere uma relativa mobilidade interestadual no ingresso ou na permanência na função.

A afiliação religiosa autodeclarada dos participantes concentrou-se majoritariamente no catolicismo, seguida pela adesão a denominações evangélicas, sugerindo que a religiosidade ocupa um papel relevante na configuração das crenças e práticas de enfrentamento subjetivo desse grupo. A composição familiar revelou amplitudes expressivas, com número de filhos variando de zero a oito, refletindo diferentes arranjos parentais e contextos domésticos.

A renda familiar foi reportada dentro de uma faixa que oscilava entre dois e mais de seis salários mínimos, evidenciando uma disparidade socioeconômica que pode influenciar o acesso a recursos de saúde, lazer e formação continuada. No que tange à escolaridade, a maioria possuía ensino médio completo, ao passo

que uma parcela menor declarou ter apenas o ensino fundamental. Um número ainda mais restrito apresentava formação superior, com diplomas em áreas diversas como publicidade, biologia, ciências sociais, psicologia, engenharia florestal e administração — o que pode indicar percursos profissionais interrompidos ou desvios vocacionais antes do ingresso na carreira penitenciária.

A função de agente penitenciário foi relatada como ocupação principal, embora diversos participantes desempenhassem atividades laborais complementares durante os períodos de folga, incluindo trabalhos informais e autônomos como mototaxista, motorista particular, mecânico, carpinteiro e pastor. Essa multifuncionalidade laboral aponta não apenas para a insuficiência financeira percebida, mas também para uma sobrecarga estrutural que prolonga o tempo de exposição ao desgaste físico e psicológico.

Todos os participantes relataram atuar sob o regime de plantão integral, com jornadas de 24 horas consecutivas de trabalho seguidas por 48 horas de folga (escala 24×48). Esse formato, embora padronizado, não representa necessariamente um tempo real de recuperação, como indicaram os relatos subsequentes. O tempo de exercício na função demonstrou grande heterogeneidade: enquanto alguns agentes estavam em início de carreira (com menos de um ano de atuação), outros contabilizavam mais de duas décadas de experiência, chegando a 23 anos de atividade contínua.

Essa amplitude temporal de inserção na profissão oferece uma perspectiva intergeracional sobre os efeitos do trabalho penitenciário, permitindo captar tanto o impacto da função em seus estágios iniciais quanto os efeitos acumulados ao longo de trajetórias profissionais prolongadas. O dado também revela a existência de vínculos duradouros com a carreira, ainda que marcados por relatos de precariedade e desgaste, sugerindo uma permanência sustentada não por valorização institucional, mas por ausência de alternativas profissionais viáveis.

Condições de Vida e Trabalho

As narrativas dos participantes revelaram percepções predominantemente negativas acerca das suas condições de vida e trabalho, caracterizadas por um cenário de insatisfação persistente e sofrimento contínuo. Essa insatisfação não foi expressa apenas como um desconforto circunstancial, mas como um reflexo de uma organização laboral marcada por sobrecarga, exigências constantes e escassez de suporte institucional. As repercussões desse contexto operacional emergiram em múltiplos níveis: físico, mental, social e espiritual, configurando um quadro de vulnerabilidade integral.

As exigências da função — que envolvem vigilância ininterrupta, contato com situações de risco e pressão hierárquica — foram apontadas como elementos que comprometem diretamente a qualidade de vida dos agentes. A sobreposição entre o desgaste físico e o sofrimento emocional afetava, de modo recorrente, a saúde global dos profissionais e interferia negativamente na convivência familiar, restringindo a capacidade de estabelecer vínculos afetivos e redes de apoio. Nesse sentido, os resultados apontam para um modo de vida carcerário internalizado, no qual o cotidiano do cárcere se projeta sobre a existência extramuros dos trabalhadores.

Precariedade Institucional, Insegurança e Sofrimento Moral

As experiências relatadas pelos agentes evidenciam um cotidiano institucional marcado por condições estruturais degradantes, escassez de recursos humanos e insegurança organizacional crónica. A exigência de vigilância permanente — voltada não apenas aos privados de liberdade, mas também à própria equipe de trabalho — emerge como eixo estruturante de um regime laboral baseado na desconfiança e no individualismo forçado. Essa lógica organizacional fragmentada acentua o desgaste emocional, promove o isolamento profissional e intensifica a percepção de risco constante, configurando um ambiente laboral psicologicamente hostil.

A ausência de coesão e cooperação entre os pares é descrita como um fator que amplifica a sobrecarga de tarefas e compromete a segurança coletiva, como evidencia o relato:

> "se um colega ouvir o outro no desempenho de suas funções fica mais fácil trabalhar e o fardo fica mais leve". (1 CRASHM)

Esse depoimento explicita que, além das exigências da função, o silêncio institucional e a ausência de apoio entre colegas contribuem para a construção de um sofrimento relacional e moral. O peso das funções, quando não compartilhado, torna-se insustentável, e a escuta — aqui evocada como prática de solidariedade no trabalho — aparece como um recurso ausente, porém desejado, de humanização do ambiente prisional.

A precariedade institucional torna-se ainda mais evidente na descrição das condições físicas e operacionais do CRASHM, reiteradamente retratado como um ambiente insalubre, superlotado e estruturalmente degradado. A presença de insetos, roedores, odores fétidos e a precariedade das instalações sanitárias compõem um cenário que não apenas fere a dignidade dos custodiados, mas também impõe aos trabalhadores uma exposição contínua a condições-limite, frequentemente associadas à insalubridade laboral crónica.

Acrescida a essa realidade, a escassez de profissionais para atender à alta demanda operacional foi apontada como fator de risco crítico, tanto para a segurança quanto para a saúde física e mental dos agentes. Um dos participantes sintetiza o sentimento de exaustão e vulnerabilidade com um tom de indignação crescente:

> "Eu sei que há uma falha nisso! Todo dia a gente ganha, mas não é gratificação e nem aumento. É ameaça! Já tenho uns trinta me esperando e eu sempre digo, 'ei, entra na fila!'. Hoje vou falar mesmo porque já tô é com raiva ..., mas colocam um agente no meio de cem ... duzentos presos! E não é preso na cela dele, é solto!" (6 CRASHM)

Ainda no CRASHM, as percepções de ameaça se entrelaçam com um discurso de desalento profissional. A função de agente de segurança penitenciária é vista por muitos como uma ocupação imposta pela falta de oportunidades e marcada pela baixa valorização social e simbólica:

> "Ninguém sonha ser agente penitenciário. É uma profissão que, na verdade, é o que tá cabendo no mercado de trabalho. É o que tá sobrando no mercado de trabalho. É o que o destino dá. Mas não é uma solução assim de dizer que vai ser bom porque vai ganhar bem porque nem ganha... Era pra ganhar!" (12 CRASHM)

Em contraste com o CRASHM, os relatos relativos ao CRF sinalizaram condições operacionais relativamente mais favoráveis, atribuídas à sua recente inauguração, infraestrutura moderna e menor densidade populacional. No entanto, os agentes enfatizaram que tais vantagens logísticas não suprimem o sentimento de ameaça latente. As melhorias estruturais não neutralizam as tensões inerentes à atividade prisional, mas apenas modulam a intensidade dos riscos enfrentados cotidianamente.

Esse estado de alerta foi amplificado com a chegada de internas oriundas da capital do estado, vinculadas a facções criminosas. A introdução dessas dinâmicas organizadas no interior da unidade alterou substancialmente a configuração institucional, instaurando um clima de intimidação que extrapola os limites físicos do cárcere. O medo de retaliações fora do expediente passou a compor o cotidiano psicológico dos agentes. Como relatado por uma participante abaixo:

> "Elas tomaram conta logo que chegaram. Ameaçaram a gente, disseram que sabiam onde morávamos. A gente nunca tinha vivido isso aqui."(9 CRF)

Essa narrativa destaca a crescente sofisticação das relações de poder dentro do sistema prisional, em que o domínio territorial simbólico das facções estende-se à vida privada dos trabalhadores. O cárcere, nesse contexto, opera não apenas como local de trabalho, mas como espaço de vulnerabilidade contínua, onde o medo da violência se prolonga para além do turno, configurando um estado de tensão subjetiva permanente.

As preocupações manifestadas pelos agentes de segurança penitenciária não se restringiram às ameaças físicas imediatas. Um eixo recorrente de apreensão foi o risco biológico associado à exposição direta a agentes infecciosos, decorrente do contato corporal frequente com a população custodiada durante procedimentos de revista, contenção e escolta. Doenças como tuberculose, HIV, sífilis e outras infecções sexualmente transmissíveis foram referidas como ameaças invisíveis, muitas vezes negligenciadas pelas políticas institucionais de proteção.

A percepção de vulnerabilidade sanitária é acentuada pela insuficiência de equipamentos de proteção individual e pela insegurança quanto à sua reposição, o que intensifica o sentimento de exposição desamparada ao contágio. Um dos participantes ilustra essa tensão ao relatar:

> "Se usa luva em caso de revistas ou quando existe esse tipo de pessoas com doenças tipo HIV, sífilis... Doenças que podem ser transmitidas, no meu ponto de vista, num corte que eu tenha na mão ou outro ferimento que eu possa ter. Ou a gente usa máscara quando a pessoa está com tuberculose (...). Recentemente está tendo bastante casos de TB e essas luvas e máscaras a gente recebe da enfermaria, fora as nossas que são do nosso uso. Na 'revista' se usa luva com todos e não somente com quem se suspeita de doença. Na 'revista' é aconselhável que todos usem a luva. É um cuidado com a saúde." (4 CRF)

Esse relato evidencia a fragilidade das políticas institucionais de biossegurança e a responsabilização individual pela gestão do risco sanitário. O relato aponta para um processo de naturalização da exposição biológica, em que o agente, além de cuidar da segurança do ambiente carcerário, precisa articular estratégias individuais de autoproteção. A precarização das condições de trabalho, nesse caso, assume um caráter imunológico: trata-se não apenas de garantir a integridade física, mas de preservar o próprio corpo como fronteira contra agentes infecciosos num ambiente hostil.

As experiências de risco vivenciadas pelos agentes penitenciários não se restringem ao espaço intramuros. Pelo contrário, suas repercussões expandem-se para além do local de trabalho, configurando um regime de vigilância subjetiva contínua. Muitos participantes descreveram o receio constante de serem reconhecidos por egressos do sistema prisional em espaços públicos, o que os leva a adotar comportamentos defensivos e hipervigilantes mesmo em ambientes sociais e familiares. Esse deslocamento da ameaça do cárcere para a vida cotidiana reforça a ideia de que a função de agente de segurança penitenciária é ontologicamente incorporada como uma identidade social permanente.

A permanência simbólica dessa identidade foi enfatizada como uma condição irreversível, mesmo após a cessação formal do vínculo laboral. A função é internalizada não apenas por quem a exerce, mas também pela comunidade carcerária, produzindo uma marca identitária persistente. Conforme relatou um participante:

> "Pra eles a gente sempre vai ser agente penitenciário. Eu tenho um contrato de dois anos e quando eu sair e encontrar eles lá fora, pra eles a gente vai ser sempre funcionário. Aí que a segurança pega! E eles nos conhecem na rua! A gente toma conta de novecentos e vinte presos, eu conheço uns trezentos, mas o resto eu não conheço e eles me conhecem!" (8 CRASHM)

Esse testemunho revela um processo de imbricação entre identidade profissional e subjetividade, no qual os limites entre o "dentro" e o "fora" da prisão se tornam indistintos. A insegurança não termina com o encerramento do expediente; ela é transportada simbolicamente para o espaço doméstico, exigindo do agente estratégias constantes de autoproteção, mesmo em momentos presumivelmente seguros. A memória social dos internos, que identifica e retém rostos, rotinas e nomes, atua como um dispositivo de controle retroativo, cuja eficácia simbólica se estende para além dos muros institucionais.

A persistência da identidade ocupacional para além do ambiente institucional denota um processo de internalização da função que ultrapassa os limites físicos do cárcere, configurando uma zona de indistinção entre o profissional e o pessoal. O agente penitenciário é constantemente interpelado a atuar em regime de vigilância subjetiva, mesmo após o término do vínculo formal com a instituição. Tal extensão simbólica da função transforma o corpo e a consciência do trabalhador em dispositivos de controle, nos quais o "estar em alerta" deixa de ser um comportamento situacional e torna-se um modo de ser.

Essa reconfiguração identitária está intimamente associada ao que se pode nomear como sofrimento moral crónico, um estado psicossocial sustentado pela precariedade estrutural, pela ausência de reconhecimento simbólico e pela invisibilidade institucional das demandas emocionais desses

profissionais. A insegurança, nesse contexto, não se apresenta apenas como uma consequência da exposição à violência, mas como um elemento constitutivo da experiência de trabalho. Torna-se, portanto, uma gramática afetiva e organizacional que atravessa os sujeitos, regulando suas condutas, afetos e expectativas de futuro.

Esse cenário evidencia uma lógica de desamparo institucional sistemático, em que os agentes são convocados a responder individualmente às consequências de uma função exercida em condições limítrofes. A ausência de espaços institucionais para elaboração coletiva do sofrimento reforça sua naturalização e alimenta a crença de que suportá-lo é parte inerente ao ofício — o que aprofunda a vulnerabilidade psíquica e reforça a percepção de que não há alternativas viáveis de enfrentamento.

Impactos Pessoais e Familiares

Comprometimento e Desgaste Físico. As práticas laborais descritas pelos participantes evidenciam um padrão crónico de negligência corporal estruturada, no qual o cuidado com as necessidades fisiológicas básicas — como alimentação e hidratação — é sistematicamente secundarizado em função das exigências operacionais do ambiente prisional. A ausência de intervalos regulares para refeições, associada à precariedade das condições materiais de trabalho, conduz ao consumo predominante de alimentos ultraprocessados e hipercalóricos, frequentemente acompanhados de bebidas açucaradas como forma improvisada de sustentar os turnos prolongados sob altas temperaturas.

Esse padrão alimentar inadequado é revelado de forma eloquente no testemunho de um dos agentes:

> "A alimentação aqui é complicada. Não tem horário certo. A gente toma muita coca cola, muito refrigerante, come muita besteira, salgado, pão. Isso porque é muito quente. A gente vive no sol, daí a gente quer uma coca e já 'intéra' com o salgado. Aí vira costume". (10 CRASHM)

Esse relato não apenas ilustra a carência de infraestrutura mínima para o autocuidado, como denuncia a existência de uma lógica institucional de desatenção ao corpo, na qual a produtividade e a vigilância são priorizadas em detrimento da saúde. Paradoxalmente, embora os agentes estejam em constante movimento físico, muitos relataram ganho de peso, atribuindo esse fenômeno à má alimentação e à ausência de práticas regulares de atividade física. Nos períodos de folga, o repouso absoluto é frequentemente preferido, não como escolha deliberada, mas como estratégia de sobrevivência frente à exaustão acumulada.

A negligência com o corpo, portanto, não se dá por desinformação ou desinteresse, mas constitui um efeito direto das condições laborais a que esses trabalhadores são submetidos. Trata-se de um cenário em que o autocuidado torna-se inviável, abrindo espaço para o desenvolvimento de quadros clínicos e para a normalização de práticas deletérias à saúde.

A continuidade da negligência corporal no ambiente prisional manifesta-se em quadros clínicos multifatoriais que vão além de sintomas transitórios, configurando um perfil de adoecimento físico compatível com ambientes de trabalho cronicamente hostis. Os participantes relataram, com frequência, diagnósticos como hipertensão arterial sistêmica, distúrbios gástricos (como gastrite), sobrepeso,

labirintite, fadiga crónica e dermatites, muitas vezes associadas à exposição prolongada ao calor extremo e à ausência de equipamentos de proteção individual.

Diante dessas condições, a medicalização da rotina laboral surgiu como um mecanismo de enfrentamento recorrente. O uso contínuo ou eventual de medicamentos — especialmente anti-hipertensivos, analgésicos, gastroprotetores e sedativos — foi descrito como estratégia de manutenção da funcionalidade, não como tratamento curativo. Tal prática reforça a lógica de um corpo instrumentalizado para o trabalho, em que o alívio sintomático substitui a abordagem preventiva ou integrativa da saúde.

Apesar da consciência sobre os riscos, esses profissionais expressaram uma normalização do adoecimento, atribuindo seus sintomas a uma suposta "natureza do trabalho" e internalizando a ideia de que suportar o desgaste físico é parte inevitável da função. Essa postura compromete a construção de uma cultura institucional de saúde, ao mesmo tempo em que alimenta uma narrativa de abnegação silenciosa, característica de ocupações marcadas pela invisibilidade social.

Trata-se, portanto, de um quadro de sofrimento corporal silenciado, que exige reconhecimento institucional e políticas públicas voltadas à promoção da saúde de trabalhadores do sistema prisional — para que o corpo do agente deixe de ser tratado como simples extensão das grades.

Sofrimento Mental. A exposição contínua a longas jornadas de trabalho, agravada pela imprevisibilidade das demandas extras — como escoltas interestaduais e transferências emergenciais — produziu um padrão de desorganização cronobiológica entre os participantes, no qual a privação de sono e o cansaço extremo configuram-se como marcadores centrais do sofrimento psicossomático. A despeito da formalidade da escala 24/48 horas, os relatos demonstram a existência de um regime oculto de sobrecarga laboral, no qual os períodos de folga são consumidos por tarefas adicionais ou pela necessidade imperiosa de recuperação física.

A fadiga crónica, acompanhada de distúrbios do sono, irritabilidade e queda da capacidade atencional, aparece como manifestação recorrente de um organismo em constante estado de alerta. Relatos de insónia e exaustão se entrelaçam à vivência da hipervigilância, característica de ocupações expostas a risco constante, cuja internalização persiste mesmo fora do espaço institucional. O relato de um dos participantes ilustra esse estado de prontidão defensiva:

> "Eu não sabia o que era o estresse. Eu não sabia o que era o pânico... Hoje eu sei! Eu esqueci... já voltei de novo lá pra olhar (a cela). Hoje eu me acordo de madrugada em casa e nem olho pra minha esposa. Já acordo com a mão na arma. Já nem olho pro meu cachorro ou pra minha mulher, já olho primeiro pra arma porque meu medo é de ser alguém, em qualquer barulho!" (2 CRASHM)

Este testemunho revela o deslocamento da percepção de ameaça para além dos muros do cárcere, configurando um quadro de intrusão traumática, cuja sintomatologia é compatível com transtornos de ansiedade e manifestações de estresse pós-traumático. A dissociação entre o tempo laboral e o tempo doméstico torna-se tênue, com implicações profundas na saúde mental e nas dinâmicas relacionais dos trabalhadores.

Trata-se, assim, de um sofrimento que transborda o espaço prisional, comprometendo dimensões subjetivas e relacionais de maneira duradoura, e cuja invisibilidade institucional acentua a cronicidade e a solidão da experiência emocional dos agentes.

Além da hipervigilância e da privação de sono, os participantes relataram sintomas compatíveis com quadros clínicos de transtorno de ansiedade generalizada, transtorno do pânico e depressão, frequentemente acompanhados de distúrbios do sono e uso regular de psicofármacos. A medicalização do sofrimento apareceu como uma estratégia de enfrentamento comum, adotada por muitos de forma contínua, mas sem acompanhamento terapêutico formal. Um dos relatos exemplifica essa condição:

> "Eu tenho problema de insônia e preciso tomar um remedinho pra dormir porque é complicado (...). Às vezes eu tomo cedo o remédio, mas na hora que o sono vem, eu tenho que dormir e quando é de madrugada, eu estou acordada... aí pronto! Eu não durmo mais! São treze anos de sistema e acaba mexendo com a gente realmente, mesmo estando em casa..." (9 CRF)

Esse testemunho retrata um padrão de desregulação psicofisiológica em que o corpo permanece em estado de alerta, mesmo em contextos de repouso. A ingestão de medicamentos é narrada como necessária para obter mínimos momentos de descanso, sugerindo uma dependência funcional do uso de substâncias para manter a operacionalidade cotidiana. A experiência descrita denuncia, ainda, os efeitos acumulativos da exposição prolongada à rotina prisional, produzindo desgaste mental que se prolonga por anos e ultrapassa os limites do ambiente de trabalho.

Outra dimensão crítica diz respeito à sobreposição de tensões provenientes da vida familiar com as exigências laborais, o que amplia a sensação de vulnerabilidade psíquica e dificulta a construção de uma rotina de autocuidado. A conjunção entre estressores externos e internos foi apontada como fator agravante do sofrimento emocional, como expresso neste relato:

> “Questão de depressão, síndrome do pânico, insônia... tem horas assim que você anda com sua mente fraca. São ‘enes’ situações que se depois a gente for parar pra pensar realmente, o teu corpo está doente e você não percebe.” (7 CRF)

Esse excerto revela o que se pode conceituar como uma forma de alienação psicossomática, em que o corpo e a mente operam sob tamanha pressão que os sinais de adoecimento são negligenciados ou normalizados. A ideia de “andar com a mente fraca” traduz simbolicamente a perda progressiva da vitalidade psíquica, expondo a insuficiência das estratégias individuais para lidar com os efeitos de um sistema estruturalmente adoecedor.

O silenciamento institucional em torno do sofrimento mental, somado ao estigma associado ao adoecimento emocional no campo da segurança pública, contribui para a cronificação do sofrimento e para o afastamento de redes de cuidado. Mesmo quando o sofrimento é verbalizado, como nestes relatos, ele surge imerso em narrativas de resignação, que naturalizam o adoecimento como parte do “preço” a se pagar pela função exercida.

Transformações Identitárias e Repercussões Familiares. O exercício contínuo da função de agente de segurança penitenciária foi descrito como um processo de reconfiguração identitária profunda, no qual os limites entre a vida profissional e a esfera pessoal tornam-se indistintos. Ao longo dos relatos, observou-se que os efeitos psíquicos da rotina prisional extrapolam o espaço institucional, moldando comportamentos, modos de falar e formas de se relacionar com o outro fora do ambiente de trabalho.
Muitos participantes relataram que a exigência de manter uma postura rígida, firme e vigilante como estratégia de autoproteção no cárcere foi progressivamente incorporada como traço de personalidade, dificultando o retorno a estados de espontaneidade emocional em contextos familiares. Essa experiência foi sintetizada por uma agente:

> "Nós entramos e saímos outra pessoa. Nós mudamos muito aqui. É muito difícil uma pessoa entrar aqui e sair igualzinho... ela adquire várias coisas, inclusive a dureza." (1 CRF)

O relato expressa o que a literatura em psicologia do trabalho denomina de endurecimento afetivo adaptativo — uma forma de defesa emocional que, embora funcional no ambiente prisional, pode comprometer a qualidade das relações interpessoais e afetivas fora dele. Os participantes afirmaram que, muitas vezes, é impossível dissociar o papel institucional da vivência cotidiana, resultando em prejuízos à convivência familiar e social, como irritabilidade, distanciamento emocional e intolerância ao afeto.
Além disso, foram mencionadas mudanças na linguagem cotidiana, com a incorporação involuntária de "gírias de cadeia", que invadem o espaço doméstico e revelam a penetração simbólica do universo prisional na subjetividade dos agentes. Essa apropriação inconsciente dos códigos institucionais constitui um indicativo da profundidade com que o trabalho afeta a construção da identidade e os modos de estar no mundo.
Essa fusão entre identidade profissional e vida pessoal foi relatada também como fator de restrição da sociabilidade. Os agentes passaram a evitar certos espaços públicos e a modificar hábitos antigos, motivados por uma constante sensação de exposição e risco. Como relataram, "a rua também virou extensão da cadeia", o que evidencia uma continuidade simbólica do cárcere para além dos seus muros físicos.
Tais dados reforçam a compreensão de que o trabalho prisional não constitui apenas uma ocupação funcional, mas um campo de forças que reorganiza os modos de ser, sentir e se vincular ao outro. A experiência no cárcere, longe de se limitar ao exercício profissional, transforma-se numa condição existencial, cuja marca identitária persiste mesmo após o desligamento formal da função.

Especificidades de Gênero e Saúde da Mulher no Sistema Penitenciário. O exercício da função por mulheres agentes de segurança penitenciária revelou sobrecargas específicas, derivadas da interseção entre as exigências institucionais do trabalho prisional e os papéis sociais tradicionalmente atribuídos ao gênero feminino. As participantes relataram que, embora a escala de plantão 24/48 seja formalmente a mesma para homens e mulheres, o tempo de folga é vivenciado de forma desigual, pois sobre ele recaem as responsabilidades do cuidado doméstico, dos filhos e das tarefas familiares. Essa

carga adicional compromete o tempo disponível para descanso, lazer e autocuidado, afetando diretamente a saúde física e emocional das trabalhadoras.

Além disso, foram mencionadas situações de negligência institucional quanto às necessidades fisiológicas específicas da mulher, sobretudo no que se refere à higiene íntima durante os turnos de 24 horas. A ausência de infraestrutura e tempo adequado para cuidados pessoais no ambiente prisional foi apontada como fator de desconforto e potencial risco à saúde.

> "Ser mulher agente de segurança penitenciária é difícil, porque junta os problemas da profissão com a falta de cuidado com a saúde da mulher. A gente toma banho em casa antes de vir, e só vai tomar outro quando chega. Aqui não tem como cuidar disso." (8 CRF)

Tais experiências revelam a persistência de desigualdades de gênero no sistema penitenciário, ainda que não explicitadas formalmente. As condições laborais desconsideram as especificidades femininas, reforçando um modelo institucional pensado a partir de uma lógica androcêntrica, no qual o corpo feminino é silenciado e invisibilizado. A sobreposição entre trabalho profissional e trabalho reprodutivo, sem o devido reconhecimento institucional, contribui para a intensificação do sofrimento físico e mental das agentes, configurando uma vulnerabilidade ampliada.

Estratégias de Enfrentamento e Apoio Socioafetivo. Diante de um cenário marcado por sobrecarga física, sofrimento psíquico e instabilidade institucional, os participantes recorreram a mecanismos de enfrentamento subjetivo e apoio relacional, sendo a família, os vínculos afetivos e a espiritualidade as principais fontes de sustentação emocional. A convivência com familiares e amigos próximos foi descrita como espaço de acolhimento, refúgio e regeneração simbólica, mesmo quando essa convivência ocorria de forma esporádica.

A família surgiu como um eixo estruturante da motivação para o exercício laboral, sendo frequentemente mencionada como aquilo que "mantém o agente de pé", funcionando como âncora afetiva em meio ao cotidiano de risco. Um dos participantes sintetizou essa percepção ao afirmar:

> "a vitamina do agente de segurança penitenciário é o seio familiar". (11 CRASHM)

Essa metáfora expressa de maneira simbólica a importância do núcleo familiar como fonte de equilíbrio emocional e resiliência frente às adversidades do trabalho prisional. Os participantes relataram que, sempre que possível, buscavam preservar os entes queridos das tensões vividas no cárcere, evitando compartilhar os episódios mais desgastantes do cotidiano. Tal estratégia, embora protetiva para os familiares, revela também um mecanismo de silenciamento emocional que pode retroalimentar o sofrimento internalizado:

> "E eu chego em casa, pelo menos me transpareço muito bem. Eu nem comento nada com a minha mãe... eu nem comento nada. Ela não sabe nem a metade! Ela me pergunta, 'como foi?', e eu digo, 'ah, foi bem!'. Eu fico bem em guardar e aí, às vezes a gente fica em um grupinho fora daqui pra tomar uma cerveja e aí a gente comenta mais algumas coisas. Saímos de vez em quando juntos pra barzinho, passeio de praia...

> saímos mais quando estamos estourados (...). Mas tem aquela preocupação porque a gente veio, mas não sabe se vai voltar." (13 CRASHM)

Esse tipo de enfrentamento, embora eficaz em curto prazo para evitar o colapso subjetivo, pode reforçar um padrão de isolamento emocional, em que o sofrimento permanece encapsulado na esfera individual. Em contrapartida, as atividades de lazer coletivo — ainda que esporádicas — foram relatadas como espaços terapêuticos informais de descarga emocional e reconstrução de vínculos solidários entre colegas. Outro recurso de enfrentamento salientado foi a espiritualidade, entendida não apenas como vínculo institucional com uma religião específica, mas como disposição subjetiva de acreditar em algo transcendental que ofereça sentido e proteção diante da violência institucional. A fé foi relatada como uma prática interiorizada de resistência psíquica, que não depende necessariamente de rituais, mas se manifesta como força interna sustentadora. Um participante expressou esse sentimento da seguinte forma:

> "Todos nós quando entramos, entramos com fé que vamos sair de lá. Então, todos nós quando saímos do pavilhão que chegamos aqui pra descansar, a gente agradece (...) e temos que agradecer porque já passamos por muitas situações... É difícil! Não é fácil, não!" (14 CRASHM)

Esses dados evidenciam que a resiliência entre agentes penitenciários não é um atributo isolado do indivíduo, mas um fenômeno relacional e espiritual, que se constrói a partir dos vínculos interpessoais e da capacidade de ressignificar as adversidades. A fé, o silêncio protetivo, os momentos de lazer e o apoio familiar configuram um ecossistema informal de saúde mental, ainda que precário e instável, no qual os sujeitos tentam manter alguma margem de dignidade e sanidade psíquica diante da experiência institucional de constante ameaça.

Discussão

A presente pesquisa evidenciou que o ingresso na carreira de agente de segurança penitenciário, especialmente nas unidades prisionais de Santarém, não se configura como uma escolha vocacional, mas sim como uma alternativa diante do desemprego e da necessidade de sobrevivência. Essa realidade reflete uma tendência observada em diversos contextos, onde o trabalho no sistema prisional é assumido por falta de opções, e não por afinidade ou projeto de vida profissional. Tal constatação reforça a compreensão de que a função de agente penitenciário é permeada por desafios que extrapolam as questões laborais, afetando diretamente a saúde física e mental desses profissionais.

As condições laborais relatadas pelos agentes reforçam um cenário de precariedade que ultrapassa a mera escassez estrutural e incide diretamente sobre a saúde global dos trabalhadores. A jornada de 24 horas de plantão para 48 de descanso, embora formalmente instituída, foi recorrentemente descrita como insuficiente para o restabelecimento físico e emocional, sobretudo diante das demandas adicionais enfrentadas fora do horário oficial de trabalho. Essa sobrecarga não é exclusiva das unidades de Santarém; Oliveira (2012), ao investigar o Centro de Recuperação de Castanhal, também no Pará,

identificou jornadas semelhantes e igualmente extenuantes, com impacto significativo sobre o bem-estar dos agentes. Estudos realizados em Salvador (Fernandes et al., 2002) apontam que folgas de 72 horas após plantões intensos contribuem para uma recuperação mais eficaz, o que evidencia a necessidade de reconfiguração das escalas de trabalho para mitigar os efeitos deletérios da sobrecarga. Apesar disso, muitos profissionais relatam realizar plantões extras em seus dias de folga como estratégia de compensação financeira, agravando ainda mais o ciclo de exaustão. Essa lógica reforça o que Dejours (2007) define como *sofrimento ético-político*, no qual o sujeito é compelido a manter a produtividade em detrimento da própria integridade. Estudos internacionais convergem ao demonstrar que a carga horária excessiva, aliada à ausência de apoio institucional, está fortemente associada ao burnout, à exaustão emocional e à perda de sentido no trabalho entre agentes penitenciários (Kinman et al., 2017; Lambert et al., 2015).

As precariedades estruturais observadas nas unidades prisionais de Santarém, sobretudo no CRASHM, reafirmam um padrão de vulnerabilidade já amplamente documentado em outras regiões do Pará. Conforme apontado por Oliveira (2012), o cenário de déficit material, fragilidade arquitetônica, superlotação e escassez de recursos humanos contribuem para uma sobrecarga funcional crónica, agravada pela ausência de equipamentos mínimos de proteção individual. Essa combinação entre exigência operativa e negligência institucional sustenta uma lógica organizacional marcada pela insalubridade, onde o risco à saúde física e emocional é permanentemente naturalizado. Os relatos dos participantes deste estudo reiteram essa constatação, indicando que a exposição prolongada a ambientes degradantes e o exercício da função sob tensão constante alimentam sentimentos de abandono, insegurança e indignidade. Essas vivências revelam não apenas uma falha de gestão institucional, mas também uma crise de reconhecimento simbólico e político da categoria profissional, tal como discutido por autores que analisam a marginalização dos trabalhadores penitenciários em contextos neoliberais e institucionalmente negligenciados (Crawley, 2004; Kinman et al., 2017; Wacquant, 2009).

A desvalorização simbólica e material do trabalho penitenciário emergiu como uma das dimensões centrais do sofrimento relatado pelos participantes. Para além da precariedade estrutural, os agentes relataram sentir-se invisibilizados e desamparados pelas instituições estatais, operando sem planos de carreira, acesso à qualificação contínua ou vínculos laborais estáveis — uma realidade já documentada por Oliveira (2012) e Reis et al. (2012). A condição de servidores temporários, predominante nas unidades analisadas, contribui para a fragilização da identidade profissional e o enfraquecimento de mecanismos coletivos de representação, como sindicatos ou associações. Essa instabilidade institucional repercute também no plano subjetivo: a ausência de reconhecimento formal e social intensifica o sentimento de não pertencimento e reforça processos de retração afetiva e isolamento emocional. Diante desse cenário, muitos profissionais recorrem a estratégias defensivas, como o silenciamento e a ocultação deliberada do sofrimento, numa tentativa de preservar a própria imagem de força e autocontrolo. Tal dinâmica ecoa o que Goffman (1961) descreve como *gestão de impressões* em contextos institucionais rígidos, nos quais a expressão do sofrimento pode ser lida como sinal de fraqueza. Estudos qualitativos recentes confirmam que, em ambientes prisionais, a ocultação emocional é frequentemente utilizada como mecanismo de

sobrevivência simbólica, embora contribua para o agravamento do desgaste psicológico e para o esvaziamento da identidade profissional (Crawley, 2004; Kinman et al., 2017; Liebling, 2011).

A carga psíquica associada ao exercício da função carcerária manifesta-se em um conjunto expressivo de sintomas psicossomáticos, como insônia, irritabilidade, fadiga persistente, hipertensão arterial e distúrbios alimentares — manifestações amplamente relatadas pelos participantes deste estudo e igualmente documentadas na literatura especializada (Diuana et al., 2008; Silva et al., 2025). A exposição contínua à tensão institucional, marcada por hipervigilância constante, temor de agressões e sensação de insegurança permanente, estrutura uma rotina emocionalmente exaustiva que, não raramente, culmina em quadros de ansiedade generalizada, depressão e sintomas compatíveis com transtorno de estresse pós-traumático. A naturalização desse sofrimento pelos próprios agentes, frequentemente tratado como parte inerente da profissão, compromete a procura por ajuda especializada e favorece a cronificação dos quadros. Como observado também por Oliveira (2012), a medicalização surge como estratégia de sobrevivência subjetiva, geralmente desarticulada de suporte psicoterapêutico, refletindo um modelo de enfrentamento individualizante que desloca para o sujeito a responsabilidade pelo adoecimento gerado por um contexto estruturalmente violento. Tal dinâmica ecoa o que Han (2017) descreve como a interiorização psíquica das exigências institucionais, em que o sofrimento é percebido como fracasso individual e não como efeito de um dispositivo organizacional que opera pela pressão, pela invisibilidade e pela negação da vulnerabilidade.

A estigmatização social da profissão de agente penitenciário foi amplamente referida como um fator agravante da experiência de sofrimento psíquico. Muitos participantes relataram evitar espaços públicos e omitir deliberadamente sua ocupação profissional em interações sociais, temendo julgamentos negativos ou associações indevidas com práticas violentas e corruptas. Essa percepção é corroborada por Reis et al. (2012), que indicam que a má reputação atribuída a esses profissionais decorre, em grande parte, de uma construção social sustentada por estereótipos e pelo desconhecimento das especificidades da função. As atitudes da mídia e da opinião pública, frequentemente pautadas por narrativas reducionistas do sistema prisional, alimentam uma imagem distorcida e desumanizante dos trabalhadores que nele atuam. Esse processo pode ser analisado à luz da teoria do etiquetamento social proposta por Becker (1963), segundo a qual a identidade social de um indivíduo é frequentemente moldada pelos rótulos que lhe são atribuídos. Embora inicialmente formulada no campo da delinquência, tal teoria aplica-se também a categorias profissionais associadas ao exercício do poder, como os agentes penitenciários, cuja identidade social tende a ser subsumida à lógica institucional repressiva que representam (Becker, 1963; Goffman, 1963; Wacquant, 2009). Ao serem constantemente rotulados como parte de uma estrutura coercitiva, esses trabalhadores enfrentam não apenas o desgaste interno das suas atribuições, mas também uma rejeição simbólica externa, que compromete a autoestima, reforça o isolamento social e perpetua um ciclo de silenciamento e retraimento. Nesse contexto, a identidade ocupacional do agente é tensionada entre a rigidez disciplinar da função e a exclusão social que ela simbolicamente impõe, conformando um campo de vulnerabilidade subjetiva crônica e pouco reconhecida institucionalmente.

A exposição constante à violência — seja direta, como em agressões físicas, seja simbólica, como em ameaças veladas ou difusão do medo —, combinada com a intensificação da presença de facções criminosas nas unidades prisionais, constitui um agravante central da vivência laboral dos agentes penitenciários. No caso do presídio feminino (CRF), os participantes relataram uma mudança radical no clima institucional após a chegada de internas vinculadas a grupos faccionais, acentuando as ameaças e instalando um sentimento de medo cotidiano. Esse cenário configura um campo de tensão permanente, em que o risco é percebido como onipresente e a segurança pessoal e familiar como estruturalmente vulnerável. Tais experiências corroboram a análise de Reis et al. (2012), ao evidenciarem que a alta densidade carcerária, associada à atuação de organizações criminosas, amplia significativamente a exposição dos trabalhadores a interações perigosas, com impacto direto sobre sua saúde mental. O episódio amplamente noticiado do massacre no presídio de Altamira, em 2019 — que resultou na morte de 58 internos, segundo relatório da Assembleia Legislativa do Estado do Pará (2019) —, não representa um evento isolado, mas sim a expressão extrema de um colapso institucional prolongado, em que rotas de tráfico e redes criminais se articulam com estruturas de gestão fragilizadas. Tal contexto gera um estado de hipervigilância crónica, uma forma de alerta psíquico permanente que ultrapassa os muros do cárcere e atinge as esferas mais íntimas da vida cotidiana dos agentes, afetando o sono, as relações familiares e a autonomia emocional (Galtung, 1969; Han, 2017; Kinman et al., 2017).

A sobrecarga de trabalho, articulada à instabilidade dos vínculos empregatícios, revela-se como um fator estrutural do sofrimento laboral entre os agentes penitenciários de Santarém. Conforme indicado nos resultados, a contratação em regime temporário compromete a inserção institucional desses profissionais e impede a consolidação de uma identidade ocupacional estável. Tal fragilidade afeta o exercício pleno da cidadania laboral, limita a participação em instâncias de representação coletiva e dificulta a mobilização por direitos (Oliveira, 2012). A ausência de plano de carreira, a insegurança contratual e a baixa remuneração forçam muitos agentes a realizarem jornadas dobradas, o que agrava o esgotamento físico e mental. Em paralelo, estratégias defensivas, como o silenciamento e o afastamento emocional do conteúdo do trabalho, foram relatadas como tentativas de proteção psíquica frente à hostilidade do ambiente carcerário. Tal comportamento pode ser compreendido como uma forma de alienação, no sentido proposto por Franco (2011), em que o apagamento dos limites biopsicossociais atua como mecanismo adaptativo diante da precarização do trabalho. A recusa em partilhar vivências relacionadas ao cárcere, inclusive no âmbito familiar, surge como recurso subjetivo de enfrentamento que, embora funcional no curto prazo, contribui para o isolamento emocional e a cronificação do sofrimento. Essa dinâmica confirma observações já descritas por autores que analisam os efeitos do trabalho inseguro sobre a saúde mental e a subjetividade dos profissionais em contextos de alto risco e baixa valorização institucional (Han, 2017; Standing, 2011).

Os achados desta pesquisa confirmam a literatura que associa o trabalho do agente penitenciário a elevados níveis de estresse ocupacional, sofrimento psíquico e adoecimento físico. Foram recorrentes, entre os participantes, relatos de diagnósticos como hipertensão arterial, insônia, gastrite, sobrepeso, depressão e sintomas compatíveis com síndrome do pânico, refletindo os efeitos acumulativos de uma

atividade laboral marcada pela exposição contínua à tensão, privação de sono, vigilância constante e negligência institucional. De modo semelhante, estudos realizados no Brasil (Oliveira, 2012; Silva et al., 2025) e no Reino Unido (Kinman et al., 2017) indicam que os agentes penitenciários figuram entre as categorias profissionais mais vulneráveis ao esgotamento físico e mental decorrente do trabalho. Em revisão sistemática conduzida por Finney et al. (2013), identificaram-se como principais preditores de adoecimento entre esses trabalhadores a sobrecarga funcional, a ausência de suporte organizacional e a cultura de silenciamento emocional. Essas evidências sustentam o reconhecimento do cárcere como espaço de risco não apenas para as pessoas privadas de liberdade, mas também para os profissionais que ali atuam, sobretudo diante da escassez de medidas de prevenção de doenças, da exposição a agentes infectocontagiosos e da inexistência de políticas estruturadas de promoção do bem-estar psicossocial no ambiente prisional.

A negligência institucional em relação aos direitos e às necessidades dos agentes penitenciários emergiu com força nos relatos analisados. Os participantes expressaram um sentimento recorrente de abandono, particularmente evidente nas comparações que estabelecem entre a atenção dedicada às pessoas privadas de liberdade e a escassa assistência voltada aos próprios trabalhadores. Como já assinalado por Reis et al. (2012), essa percepção de desamparo compromete o reconhecimento dos agentes enquanto sujeitos de direitos, contribuindo para a naturalização da precarização laboral e para o afastamento simbólico entre os operadores e o próprio sistema de justiça. A ausência de apoio psicológico, a carência de equipamentos de segurança e a deslegitimação simbólica do trabalho prisional são sintomas de uma lógica organizacional que desconsidera as condições humanas do exercício da função. Essa dinâmica configura uma forma de violência institucional silenciosa — estrutural e persistente — na qual o sofrimento é relativizado ou mesmo banalizado, reproduzindo práticas de gestão que desresponsabilizam o Estado diante das consequências psicossociais do encarceramento (Dejours, 2007; Galtung, 1969; Wacquant, 2009). Nesse sentido, os achados deste estudo reiteram a urgência de políticas públicas que reconheçam os agentes penitenciários como parte integrante e vulnerável do sistema prisional, exigindo estratégias intersetoriais que contemplem sua saúde, segurança e dignidade profissional.

Limitações

Este estudo apresenta limitações próprias da abordagem qualitativa e das condições contextuais nas quais os dados foram produzidos. A amostragem intencional, centrada em agentes penitenciários de duas unidades específicas do sistema prisional de Santarém (CRASHM e CRF), não permite generalizações estatísticas, embora possibilite inferências analíticas contextualizadas. Além disso, o número de participantes, embora consistente com os critérios de saturação temática, restringe a diversidade de perspectivas possíveis, especialmente quanto a marcadores interseccionais como gênero, raça/cor e religião.

A realização dos grupos focais nas dependências das próprias instituições carcerárias pode ter limitado a espontaneidade de algumas falas, dada a potencial percepção de vigilância institucional ou o receio de

exposição. Ademais, o formato grupal pode ter inibido relatos mais sensíveis, como experiências de violência psicológica, sofrimento moral ou adoecimento emocional profundo.

Outra limitação reside na ausência de triangulação metodológica com outros instrumentos de coleta, como entrevistas individuais em profundidade ou observações de campo, o que poderia ter enriquecido a densidade analítica dos dados e ampliado a compreensão dos fenômenos descritos. Por fim, não foram exploradas as percepções de outros profissionais atuantes nas unidades (como psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros ou gestores), tampouco de familiares dos agentes, o que limita uma visão mais ampliada das repercussões psicossociais do trabalho prisional.

Apesar dessas limitações, a pesquisa apresenta consistência metodológica e validade interpretativa, tendo sido conduzida com rigor analítico e compromisso ético, possibilitando importantes reflexões sobre o sofrimento laboral, os impactos psicossociais e as desigualdades estruturais enfrentadas por agentes penitenciários no contexto amazónico.

Conclusão

O presente estudo revelou que o exercício da função de agente de segurança penitenciário no contexto amazónico é atravessado por condições laborais adversas, marcadas por precariedade estrutural, sobrecarga funcional, insegurança institucional e impactos psicossociais profundos. As narrativas dos participantes evidenciaram a naturalização do sofrimento como parte constitutiva da rotina prisional, incluindo práticas de autonegligência, medicalização do corpo e estratégias defensivas de silenciamento emocional.

Os dados demonstram que a função penitenciária impõe um modelo de existência em que os limites entre a identidade profissional e a vida pessoal se tornam difusos, afetando a saúde física, mental e relacional dos trabalhadores. A sobreposição entre espaços institucionais e cotidianos promove um estado de hipervigilância crónica que repercute na esfera familiar e social, produzindo efeitos duradouros mesmo após o afastamento da função.

As desigualdades de género emergiram como elemento estruturante da experiência laboral, agravando a carga emocional e física entre as mulheres agentes. A negligência institucional quanto às necessidades específicas de saúde da mulher e a sobrecarga dos papéis sociais contribuem para a intensificação do desgaste, revelando a urgência de políticas de cuidado interseccionais no sistema prisional.

A resiliência observada entre os participantes se apoia majoritariamente em vínculos afetivos, espiritualidade e estratégias coletivas informais de enfrentamento, o que reforça a necessidade de políticas institucionais que reconheçam o sofrimento laboral como um fenômeno coletivo e que implementem ações efetivas de cuidado, prevenção e valorização desses profissionais.

Este estudo contribui para ampliar a compreensão das implicações subjetivas e sociais do trabalho penitenciário, propondo-se como base empírica para formulação de políticas públicas que garantam melhores condições de trabalho e cuidado aos agentes de segurança, com vistas à promoção da saúde, da dignidade profissional e da justiça institucional. A sobrecarga de jornadas, a multiplicidade de vínculos laborais e a invisibilidade institucional corroboram a hipótese de que há um processo de naturalização do

sofrimento desses profissionais, frequentemente culpabilizados individualmente pelas consequências de um sistema que os vulnerabiliza. Além disso, as marcas subjetivas da função, como a hipervigilância, o endurecimento emocional e a dissolução das fronteiras entre vida profissional e pessoal, impõem reflexões urgentes sobre a reestruturação das políticas de saúde no trabalho prisional.

Este estudo contribui para o debate acadêmico e político ao dar visibilidade às vozes dos agentes penitenciários, cuja experiência tem sido historicamente negligenciada. Recomenda-se que políticas públicas intersetoriais sejam formuladas com vistas à promoção da saúde, segurança e valorização desses profissionais. Futuras pesquisas poderão aprofundar os efeitos intergeracionais, comunitários e de gênero do sofrimento carcerário, bem como investigar estratégias institucionais sustentáveis de cuidado e prevenção.

Agradecimentos e Autoria

Agradecimentos: Os autores não indicaram quaisquer agradecimentos.

Conflito de interesses: Os autores não indicaram quaisquer conflitos de interesse.

Fontes de financiamento: Este estudo não recebeu qualquer financiamento específico.

Contributos: **IMFS:** Conceptualização; Metodologia; Validação; Análise Formal; Redação –Rascunho Original; Redação –Revisão & Edição; Visualização; Supervisão; Gestão de Projeto. **LYIN:** Validação; Análise Formal; Redação –Revisão & Edição. **AD:** Redação – Revisão & Edição. **NVNM:** Metodologia; Análise Formal; Redação –Revisão & Edição. **LAS:** Investigação; Redação –Rascunho Original; Redação –Revisão & Edição.

Referências

Alexander, M. (2010). *The new Jim Crow: Mass incarceration in the age of colorblindness*. The New Press.

Assembleia Legislativa do Estado do Pará. (2019). *Comissão de Direitos Humanos e Defesa do Consumidor. Relatório Preliminar mortes de presos no centro de recuperação regional de Altamira* – CRRA. ALEPA. https://bit.ly/4dNpdsa

Batista, N. (2009). *Introdução crítica ao direito penal brasileiro* (11.ª ed.). Revan.

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo* (3ª ed.). Edições 70.

Becker, H. S. (1963). *Outsiders: Studies in the sociology of deviance*. Free Press.

Brasil. (1984). *Lei nº 7.210, de 11 de julho de 1984: Institui a Lei de Execução Penal*. Presidência da República. https://bit.ly/3Hy9lNQ

Crawley, E. (2004). *Doing prison work: The public and private lives of prison officers*. Routledge.

Dejours, C. (2007). *A banalização da injustiça social*. FGV Editora.

Diuana, V., Lhuilier, D., Sánchez, A. R., Amado, G., Araújo, L., Duarte, A. M., Garcia, M., & Desgrées du Loû, A. (2008). Saúde em prisões: Representações e práticas dos agentes de segurança penitenciária no Rio de Janeiro, Brasil. *Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 24*(8), 1887–1896. https://bit.ly/4kuKF7F

Fernandes, R. C. P., Neto, M. A. S., Sena, G. M., Leal, A. S., Carneiro, C. A. P., & Costa, F. P. M. (2002). Trabalho e cárcere: um estudo com agentes penitenciários da Região Metropolitana de Salvador, Brasil. Caderno de Saúde Pública, Rio de Janeiro, 18(3), 807–816. https://doi.org/10.1590/S0102-311X2002000300024

Finney, C., Stergiopoulos, E., Hensel, J., Bonato, S., & Dewa, C. S. (2013). Organizational stressors associated with job stress and burnout in correctional officers: A systematic review. BMC Public Health, 13, 82. https://doi.org/10.1186/1471-2458-13-82

Goffman, E. (1961). *Asylums: Essays on the social situation of mental patients and other inmates*. Anchor Books.

Goffman, E. (1963). *Stigma: Notes on the management of spoiled identity*. Prentice-Hall.

Foucault, M. (2014). *Vigiar e punir: nascimento da prisão* (42ª Ed., Raquel Ramalhete, trad.). Editora Vozes.

Franco, T. (2011). Alienação do trabalho: despertencimento social e desrenraizamento em relação à natureza. Caderno CRH, 24(spe1), 171–191. https://doi.org/10.1590/S0103-49792011000400012

Galtung, J. (1969). Violence, peace, and peace research. Journal of Peace Research, 6(3), 167–191. https://doi.org/10.1177/002234336900600301

Garland, D. (2001). *The culture of control: Crime and social order in contemporary society*. University of Chicago Press.

Han, B.-C. (2017). Psicopolítica: Neoliberalismo e novas técnicas de poder. Vozes.

Kinman, G., Clements, A. J., & Hart, J. (2016). Work-related wellbeing in UK prison officers: A benchmarking approach. International Journal of Workplace Health Management, 9(3), 290–307. https://doi.org/10.1108/IJWHM-09-2015-0054

Lambert, E. G., Barton, S. M., & Hogan, N. L. (2015). The consequences of emotional burnout among correctional staff. Sage Open, 5(2). https://doi.org/10.1177/2158244015590444

Liebling, A. (2011). Moral performance, inhuman and degrading treatment and prison pain. Punishment & Society, 13(5), 530–550. https://doi.org/10.1177/1462474511422159

Oliveira, E. L. G. (2012). *Os servidores do sistema penitenciário e a luta pela saúde no contexto das instituições prisionais no Pará* [Dissertação de mestrado, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará] https://bit.ly/4mC98tj

Reis, J. F. G., Souza, J. L. C., Cardoso, L. F. C., & Brito, D. C. (2012). *Agentes prisionais: percepções e conflitos de uma profissão de risco*. Trabalho apresentado no XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré-ALAS Brasil, Teresina, PI.

Secretaria Nacional de Políticas Penais. (2024). *Relatório de informações penais: 17º ciclo SISDEPEN, 2º semestre de 2024* [Sistema nacional de informações penais]. https://bit.ly/4jMKl3b

Silva, A., Schmidt, C. F. H., Schonarth, D., Rodrigues, F. C., Bertozzi, G. N., & Pereira, I. V. (2025). O sistema prisional e os desafios da profissão do agente penitenciário. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 13–47. https://bit.ly/4mMbjL0

Standing, G. (2011). *The precariat: The new dangerous class*. Bloomsbury Academic.

Wacquant, L. (2001). *As prisões da miséria* (A. Sette Câmara, Trad.). Zahar. (Original publicado em 1999)

Zanelato, A. N., & Junior, J. B. S. (2024). Sistema penitenciário brasileiro: A reinserção do reeducando, realidade ou utopia? *Web Revista Discursividade: Estudos Linguísticos, 1*(23). https://bit.ly/43Tpmqm